

TEORIA DA AÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS: da ação social à teoria-ator-rede

Felipe Bueno Amaral¹

Vitor Jasper²

José Luiz Fernandes Cerveira Filho³

RESUMO

Dentro da grande teoria da ação social existem muitas correntes que pretendem dar conta do fenômeno das inter-relações dos indivíduos, agentes, atores, sujeitos ou actantes, em seus múltiplos contextos. Neste artigo, propõe-se uma discussão teórica e um breve estudo empírico, onde se percebe o deslocamento da análise da ação (social) e, por conseguinte, daquilo que aprendemos a definir como “social”. De modo específico, objetiva-se tensionar e conectar a noção de ação social, construindo o argumento a partir da teoria sociológica de Max Weber, demonstrando elementos da teoria da estruturação e o indivíduo reflexivo de Anthony Giddens, para, por fim, apresentar o argumento do sociólogo da ciência Bruno Latour, por meio de sua Teoria-Ator-Rede. Esta teoria e suas noções de simetria, rede e não-humanos permitiram demonstrar na confecção de um trabalho de campo outra forma de análise da ação, no entrelaçamento da relação indivíduo, sociedade e mundo.

Palavras-chave: Teoria da ação; Ciências sociais; Teoria-Ator-Rede; Simetria; Rede.

ABSTRACT

Within the larger social action theory, there are many theoretical currents that aim to account for the phenomenon of interrelations among individuals, agents, actors, subjects or actants in their multiple contexts. In this paper, we propose a theoretical discussion and a brief empirical study, in which it is possible to perceive the displacement of the (social) action analysis and, therefore, of that we learn to define as “social”. Specifically, we aim to tense and connect the notion of social action, building the argumentation with the sociological theory of Max Weber as basis, demonstrating elements of the structuration and reflexive individual theories from Anthony Giddens, to, lastly, present the argument sociologist of science, Bruno Latour, through his Actor-network theory. This theory and its notions of symmetry, network, nonhumans, allowed for the demonstration of another way to analyse the action in the preparation of field work, on the dynamics of the relationship among the individual, the society and the world.

Keywords: Action theory; Social Sciences; Actor-network theory; Symmetry; Network

1 Doutorando e Mestre em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Gestor ambiental pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Email: amaralfelipeb@gmail.com

2 Mestre em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Cientista Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: vitorjasper@gmail.com

3 Docente na Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuando no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Contato: pirajucerveira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A proposta para este artigo é retomar a clássica discussão da teoria da ação a partir da obra de Bruno Latour. Partimos do pressuposto de que a teoria da ação social possui fundamental relevância dentro das ciências sociais, especialmente porque um dos cânones desta ciência, Max Weber, definiu a sociologia como a compreensão do sentido das ações sociais. A ideia de trabalhar com teoria da ação sem entrar na categoria sujeito se justifica na medida em que nenhum dos autores discutidos neste texto trabalham analiticamente com esta categoria, sobretudo em Bruno Latour, ela não seria possível, como demonstramos na segunda parte do texto.

Deste modo, para o encaminhamento do artigo, iniciaremos com a perspectiva weberiana acerca desta teoria, passando também pelo debate empreendido pelo sociólogo britânico, Anthony Giddens, pois compreendemos que, dentro da sua teoria da estruturação, este autor possui algumas linhas de continuidade e outras de ruptura com o trabalho de Weber, implicando assim no acréscimo de novas dimensões para tal discussão.

Posteriormente, adentraremos nos aspectos da teoria de Bruno Latour, como já apontamos, procurando ainda que timidamente traçar os percursos que levaram-no ao desenvolvimento de uma proposta que acarreta em outra forma de “pensar” e “fazer” ciências sociais. Isto decorre do fato de que a teoria latouriana questiona e traz novos elementos para que pensemos categorias consolidadas na sociologia, como a noção de sociedade e a própria teoria da ação. Finalizamos o texto com um relato empírico para demonstrar uma aplicação da teoria de Latour.

Mas como se justifica a escolha destes autores dentro do vasto universo de pensadores e pensadoras na teoria social? A resposta é simples: se inscreve na trajetória. Trilhamos um caminho desde o projeto de pesquisa de mestrado em conjunto com o que imaginávamos do campo (o momento perturbador da construção de um projeto defensável e que sobreviva ao crivo da banca de seleção) e que envolvia pensar as noções de ‘racionalidade substantiva’ desde Weber e Enrique Leff, em conjunto com o que Giddens denominou de ‘reflexividade’. É claro que o leitor pode supor que alteramos consideravelmente o projeto, mas de algum modo estas discussões permaneceram na dissertação, da qual este artigo deriva.

Pretendíamos então decifrar as racionalidades ambientais⁴ envolvidas na constituição de um bosque urbano em um município de região metropolitana da cidade de Curitiba – PR. Nossa discussão distante do campo estava bem colocada pensando com esses autores, mas quando nos deparamos com as noções dos entrevistados (poder público e moradores do entorno do bosque), traduzimos as percepções e atuações desses com e no bosque, de um modo em que este perdia a centralidade e se apresentava como um ator naquelas relações sociais ali estabelecidas, já que as ações foram transformadas a partir do bosque, ou seja, a agência do bosque demandava agência humana, e não o contrário, como demonstraremos na última parte deste artigo.

A partir desse momento qualquer análise que se pretendesse estruturalista – do ponto de vista da ação social – seria infiel. De certa forma, aquele texto contém certa infidelidade com os dados na medida em que ele somente problematiza a atuação do bosque como um ator (actante) e não analisa nestes termos. Aí a entrada analítico-metodológica de Bruno Latour surge como uma estratégia epistemológica que nos permite reposicionar o bosque dentro da nossa análise. Este é o caminho de pensamento que está delineado nas páginas deste trabalho, numa tentativa de retomar a produção da dissertação, enquanto nos esforçamos para melhor compreender como a ação social é melhor pensada quando inserimos aí os actantes de Latour.

1. ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DA TEORIA DA AÇÃO

Neste trecho do trabalho vamos expor com brevidade as reflexões sociológicas de Max Weber⁵ e Anthony Giddens⁶ sobre a teoria da ação social, dentro de um esquema

4 Ampliando a categoria de racionalidade de Max Weber, “a racionalidade ambiental conjuga a ordem teórica e instrumental do conhecimento com os valores que constituem todo saber ambiental, abrindo as perspectivas de uma administração científica e técnica do ambiente para uma nova racionalidade que integra a pluralidade de valores, visões, concepções e interesses que configuram o campo da *ecologia política*, para onde confluem diversas formas de racionalidade, assim como as diferentes significações culturais atribuídas à natureza. A racionalidade ambiental abre o modelo da racionalidade dominante para um feixe de matrizes de racionalidade na diferenciação de valores, cosmovisões, saberes e identidades que articulam as diferentes culturas com a natureza [...]” (Leff, 2012:23).

5 Max Weber nasceu em Erfurt, Turíngia, Alemanha, em Abril de 1864, e faleceu em Viena, Austria, em Junho de 1920. Ressalta-se aqui a importância do autor no movimento de hibridação do método das Ciências Naturais e Humanas (do Espírito) e da racionalidade e sentido da ação dos sujeitos, ante a uma sociologia do fato social e das classes sociais.

6 Anthony Giddens é um renomado sociólogo britânico que trabalha com questões relativas a modernidade tardia, num contraponto a noção de pós modernidade, e propõe uma teoria em que agência (ação) e estrutura

particular construído pelos dois autores onde cada um, a seu modo, estabelece o sistema analítico das condutas humanas. De modo mais específico, vamos nos ater em como estes dois autores fornecem pistas da não polarização entre indivíduo e sociedade a partir do conceito de ação social. Por que retornar a Weber? Entendemos que não se pode pensar em ação social, tampouco seu agente, sem retomar aspectos importantes desde a fundação dos conceitos que são utilizados nos autores que são considerados contemporâneos. O objetivo é demonstrar como entendemos o conceito de ação social, a fim de ilustrar o método de análise das ações dos agentes em sociedade; quais, em nossa compreensão, são as principais virtudes metodológicas dos autores; e, também, o principal limite destas análises, que é a ausência do ambiente no fluxo das ações dos agentes humanos.

Se tomarmos a reflexão desde o conceito de ação social de Max Weber, poderemos perceber nele, já do ponto de partida metodológico, a análise centrada no sujeito que age e não subordinada pela estrutura social, ainda que esta ação para o autor esteja sempre relacionada às expectativas de outros indivíduos. Nesta perspectiva, é possível localizar neste olhar para a ação individual uma premissa reflexiva (tanto da reflexão isolada, assim como no reflexo ‘espelhado’, consciente ou não, às demandas da sociedade em que está inserido) do agente humano para cumprir um tal objetivo, e aqui poderíamos dizer tanto em relação à satisfação de outros, quanto na conquista de sucesso pessoal.

Assim que, para Weber a ação social

[...] pode ser orientada para as ações passadas, presentes ou futura de outros. Assim, pode ser causada por sentimentos de vingança de males do passado, defesa contra perigos do presente ou contra ataques futuros. Os ‘outros’ podem ser indivíduos conhecidos ou desconhecidos, ou podem constituir uma quantidade indefinida. Por exemplo, ‘dinheiro’ é um meio de troca que o indivíduo aceita em pagamento, porque sua ação se orienta na expectativa de que numerosos, mas desconhecidos e indeterminados ‘outros’ o aceitarão por sua vez, em algum tempo no futuro, como um meio de troca (Weber, 2010: 37. Destaques do autor).

Em nossa compreensão, neste conceito assim descrito, pode-se apreender um movimento recursivo entre indivíduo e sociedade, que mais tarde Giddens ressaltará e

(todo social) não podem ser compreendidos separadamente, chamada a teoria da estruturação. Giddens também dedicou assumidamente seus esforços a sistematizar a teoria social, desde uma discussão refinada dos clássicos da sociologia até uma revisão de seus contemporâneos – se bem que sua análise de modo geral, ficou centrada mais fortemente ao círculo Europa-Estados Unidos.

denominará de reflexividade (como característica principal dos agentes na modernidade). Explicamos: compreendendo que a ação nutre em si passado e futuro e a aquiescência ou recusa de outros, podemos então sugerir que este indivíduo está agindo de modo reflexivo e que esta ação enseja em si reflexividade.

Esta mesma apreensão se pode obter ante a conceituação weberiana de relação social, onde o termo “[...] será usado para designar a situação em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em conta o comportamento da outra de uma maneira significativa, estando, portanto, orientada nesses termos” (Weber, 2002: 45). Estas considerações são importantes à medida que indicam que já em Weber não encontramos a polarização entre indivíduo e sociedade, discussão que posteriormente será aprofundada pela teoria da estruturação de Anthony Giddens.

Não podemos, entretanto, perder de vista que os dois autores refletem sobre momentos muito distintos dentro da linha epistemológica – não caberia neste texto apresentar estas distinções. Por exemplo, Weber parte dos estudos orientados principalmente na área econômica, jurídica e religiosa, a maior parte deles sob o olhar sociológico, estabelecendo, assim, tipos de ação racional (ação racional com relação a fins; ação racional com relação a valores; ação racional com relação estritamente afetivo e ação tradicional) para explicar o sentido das ações dos agentes humanos.

Importante ressaltar que Weber não determina que esses sejam os únicos tipos de ação social, nem que uma ação seja apreendida por um único tipo puro, nem tampouco restringe a construção de outros modelos para que se adequem aos propósitos de cada pesquisa ou pesquisador. Ao estabelecer isso, o autor abre possibilidades para que se possa utilizar adequadamente sua metodologia – o que é chamado de individualismo metodológico. Esta construção ideal-típica estabelecida por Weber serve como recurso para interpretação das ações dos agentes humanos, uma vez que possui um “elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para o enunciado, se apenas forem utilizadas como meios conceituais para comparar e medir relativamente a eles a realidade. Com esta função, tornam-se quase indispensáveis” (Weber, 2003:58).

Já Giddens está preocupado com as derivações das teorias dentro da grande teoria social (principalmente o estruturalismo), e, analisando a individualização dos agentes nos processos de um mundo globalizado, procura explicar este fenômeno através da noção de

dualidade da estrutura. Nesta perspectiva, a ação deve ser entendida sempre como um processo recursivo, “[...] um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia” (Giddens, 2009:11).

Note-se, em relação às noções de Max Weber, Anthony Giddens refina a teoria da ação social, principalmente envolvendo as reflexões sistematizadas por Sigmund Freud, de onde o sociólogo contemporâneo extrai as noções mais atreladas à personalidade dos agentes – em Giddens, os processos da modernidade implicaram em uma transformação da intimidade dos sujeitos, de modo que não podemos pensar na teoria da ação para ele sem ter em mente os efeitos da globalização e da decorrente destradicionalização dos agentes na alta modernidade, elementos não presentes, portanto, na obra de Weber.

Outra importante consideração proposta por Giddens (2009) é a noção de dualidade da estrutura (distinta do estruturalismo, que enfatiza a preeminência do todo social sobre partes individuais), onde a distinção sujeito/objeto, advinda do acento em questões epistemológicas (ou em suas disputas), gera um dualismo entre objetivismo e subjetivismo – assim como é possível perceber em Weber (1995). Em nossa compreensão, quando Max Weber distingue o indivíduo da sociedade, realiza aí um movimento epistemológico. No sentido contrário, a teoria da estruturação volta-se para os interesses ontológicos, justamente pelo atributo reflexivo que o autor localiza no agente individual, e com esse recurso a dualidade da estrutura é tema central na teoria do autor. Esta noção, além de pressupor sempre a reflexividade, não dispensa também a relação de contextualidade.

Como explica Giddens (2009), a reflexividade não deve ser compreendida como autoconsciência, e sim “como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões” (p. 3. Grifos do autor). Tal monitoração do fluxo contínuo da vida social não se afasta, em nossa leitura, do conceito weberiano de ação social, uma vez que este último prevê a orientação a outros, como discutido no início deste capítulo.

De modo complementar, a noção de contexto é que permite pensar a ação, ou, se se quiser, o fluxo da interação em seu ambiente. Para Giddens (2009), essas ações dos indivíduos devem estar sempre relacionadas com o contexto em que ocorrem, na relação

espaço-tempo. O autor alerta que analisar a coordenação espaço-temporal das atividades sociais “[...] significa estudar as características contextuais de locais onde os atores sociais se movimentam em seus percursos cotidianos e a regionalização de locais que se estendem através do tempo-espaço” (Giddens, 2009:337).

Entretanto, esta noção diz respeito ao “encenamento da interação, os atores co-presentes e a comunicação entre eles” (Giddens, 2009:440). Em nossa concepção esta definição aponta para extremos do fluxo da ação, onde o ambiente representa a cena, a moldura, o local onde a ação se desenrola. Isto é, ação de um lado, e o ambiente de outro, como fundo. No entanto, em uma outra passagem em que o autor descreve sobre as relações – tempo, espaço, contexto -, é possível igualmente perceber o ambiente contido nesta tríade, e que, não se descola de todo das ações, mas ao contrário, funcionando assim como condição de possibilidade ou limitador das ações.

Toda a vida social ocorre em – e é constituída por – interseções de presença e ausência no ‘escoamento’ do tempo e na ‘transformação gradual’ do espaço. As propriedades físicas do corpo e os milieux nos quais ele se movimenta inevitavelmente conferem à vida social um caráter serial, e limitam os modos de acesso a outros ‘ausentes’ através do espaço (Giddens, 2009:155. Grifos do autor).

Nossa pretensão neste texto é menos demonstrar as distinções ou confluências entre estes dois autores, que apresentar suas contribuições para o modo como interpretamos a ação social. Weber e Giddens nos auxiliam a pensar em uma ação individual, não estruturada, com sentido atribuído ao sujeito que age. Mas para além desta agência individual, onde agem estes indivíduos? Em um momento histórico e em um ambiente específico diria Weber. Não nos esqueçamos do contexto em que as ações são engendradas, alertaria Giddens. Mas isso não é tudo em nossa compreensão.

Toda argumentação apresentada até aqui encaminha para a seguinte síntese: o indivíduo, sob as noções de reflexividade e dualidade, reflete o – e sobre o – movimento da sociedade no e do mundo; assim, o mundo – permitam-nos utilizar o termo ‘ambiente’ – torna possível que os indivíduos acessem uns aos outros e os demais materiais que viabilizem o acesso ao conhecimento⁷.

⁷ Esta proposição fica melhor evidenciada em uma obra síntese organizada posteriormente por Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash, chamada *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social*

Iniciamos esse diálogo entre Weber e Giddens por entender que ambos reivindicam o espaço de uma ciência que se pretende aberta, destronada de um lugar de sabedoria verticalizada, em geral, mas não somente, centrada em uma visão naturalista de mundo. Ao mesmo tempo para ilustrar que discordamos da reprodução da noção corrente na teoria social, de uma separação entre indivíduo e sociedade; de nossa parte, não acreditamos que a ação está totalmente subordinada à estrutura, mas que, essas formam um todo recursivo a partir da capacidade de refletir (o grupo social como um espelho) dos agentes.

Mas há ainda um outro elemento que gostaríamos de sublinhar nesta reflexão: a presença do ambiente como um componente do sistema, para se analisar como se dão as ações e as interações dos indivíduos. No texto não podemos diretamente localizar isso em Weber, por exemplo, mas é possível encontrar como foi demonstrado em Giddens, através de sua noção de contexto na relação tempo-espaço. De nossas reflexões, e isso será demonstrado na segunda parte do trabalho quando descrevemos nosso trabalho de campo, essa é uma importante consideração dentro da teoria social.

Sabemos que do ponto de vista epistemológico ainda temos de avançar para defender essa tese, já que a ação nos dois autores discutidos nesta seção se concentra muito mais no ser humano, do que nas coisas-em-si (ambiente/mundo). Assim, procuraremos demonstrar nas fases subsequentes deste trabalho, por meio das contribuições de simetria do sociólogo da ciência Bruno Latour e sua noção de coletivo dentro da teoria-ator-rede (TAR), como o estudo da ação social não pode privilegiar os indivíduos, atores, agentes ou sujeitos, ante a influência indissociável das coisas do mundo.

2. DA NOÇÃO DE SOCIEDADE PARA A IDEIA DE COLETIVO

Antes de adentrar na proposta que queremos apresentar nesta seção, temos ainda que realizar algumas digressões a fim de localizar o leitor, não na construção do pensamento latouriano – e aqui em específico, sua concepção de sociedade –, mas como interpretamos o movimento de apreensão desta que, em linhas gerais, é o objeto mesmo da sociologia. Neste sentido, vamos apontar brevemente o que julgamos ser o ponto de partida

moderna, do ano de 1995 (nossa edição é de 1997), onde os autores alertam desde o prefácio: [...] O ‘ambiente’ soa como um contexto externo à ação humana. Porém as questões ecológicas só vieram à tona porque o ‘ambiente’ na verdade não se encontra mais alheio à vida social humana, mas é completamente penetrado e reordenado por ela (Beck, Giddens, Lash, 1997, p. 9).

de Latour, e em seguida demonstraremos como isso nos auxilia a partir de um olhar muito particular das noções sociológicas e na teoria da ação.

Poderíamos perguntar, de que se afasta Bruno Latour? Talvez fosse melhor colocar a questão de outro modo, para seguirmos os termos do autor: o que ele desestabiliza? Uma pista está na obra *A Esperança de Pandora* ([1999] 2011) onde o autor apresenta o discurso da história da ciência que desde Descartes separa a mente do corpo para melhor apreender a realidade, ou seja, a fim de conhecer o mundo sem interferência externas, de modo absoluto e não relativo. Da mesma forma se pode apreender em Luft (2012) para quem

Descartes convida o leitor a se colocar na posição de quem atravessa o umbral que se separa a nova visão de mundo não apenas da compreensão pré-moderna, mas da nossa própria percepção cotidiana dos fenômenos naturais. De fato, no dia-a-dia, os eventos naturais se mostram a nós perpassados por traços qualitativos, por certa textura, odor, coloração, que os torna familiares, convenientes, adequados à nossa própria presença no mundo como sujeitos percipientes. Pois este mundo antes disponível à subjetividade, o lugar onde ela ‘se sentia em casa’, torna-se agora, após a virada moderna, a situação de seu desterro (p. 206).

Com esse ponto de partida epistemológico, na obra *Vida de laboratório* Latour ([1979] 1997) nos apresenta um relato, resultado de uma etnografia de dois anos realizada em um laboratório, em que é possível perceber essencialmente duas coisas: a primeira é a apreensão de que no laboratório, o produto final de todo esforço dos cientistas é a produção e publicação de artigos. O processo de construção dos mesmos é intermediado por vários objetos ou animais (microscópios, inscritesores, ratos, etc.) – o que o autor denomina de ‘não-humanos’ ou quase-objetos –, que devem ser relacionados, categorizados, problematizados, e contemplados no resultado final das pesquisas.

Da mesma forma, podemos apreender na obra, que humanos e não-humanos estão imbricados em mesma medida no processo de construção das pesquisas. Isso fica evidente nesta passagem em que Latour compartilha suas impressões do trabalho de campo: “Quando havia alguma visita no laboratório, indicavam meu escritório: ‘Aqui está o nosso cromatógrafo de alta pressão, aqui, nosso filósofo residente, lá, nosso espectrômetro de massa’” (Latour, 1997:17. Grifos do autor).

A equidade no processo de construção dos fatos científicos é exigida se pensamos com Latour; para o autor, o trabalho o laboratório é permeado por uma sequência de erros e

acertos que culminaram nas produções, mas, em razão de nosso fazer científico orientado para a leitura fragmentada do mundo, separando as coisas (o ambiente) e os humanos, os acertos e os erros não aparecem como componentes do trabalho. É claro, não devemos esquecer que a construção e produção de um enunciado ou de um fato científico é reflexo muito mais do modo como os cientistas arranjam suas relações dentro e fora do laboratório e de quanta pressão ou demanda externa e interna os acometem (Latour, 1997; 1994).

Estas noções expostas assim rapidamente servem para nos encaminhar até uma importante regra teórica e metodológica do autor francês: a ideia de simetria. O autor nos alerta que esta noção “[...] cumpre não somente tratar nos mesmos termos os vencedores e os vencidos da história das ciências, mas também tratar igualmente e nos mesmos termos a natureza e a sociedade”. E mais adiante enfatiza: “o trabalho de campo que aqui apresentamos é, por conseguinte, duas vezes simétrico: aplica-se ao verdadeiro e ao falso, esforça-se por reelaborar a construção da natureza e da sociedade” (1997:25).

Sem a intenção de interromper o raciocínio do leitor, julgamos pertinente registrar que neste livro ainda existe uma conexão com o que apresentamos nas páginas anteriores, e que é possível perceber na obra do autor de modo geral. Notamos aqui também a ideia de dualidade na relação entre quem observa e é observado (entre Latour e os cientistas do laboratório), ou dito de melhor forma, a reflexividade entre pesquisador e pesquisados. Nas palavras do autor:

[...] Nós, que só buscamos os materiais dessa construção e a natureza dos relatos, consideramo-nos em igualdade de condições com aqueles que estudamos. Eles contam, nós contamos, eles experimentam, nós experimentamos, eles constroem, nós construímos. As diferenças virão depois. Estaremos, portanto, tão atentos à elaboração de nossos próprios relatos quanto aos relatos dos cientistas. É a reflexividade que esperamos para garantir a nossa saúde (Latour, 1997:30-31).

Note-se que a reflexividade em Bruno Latour, abre ainda uma nova perspectiva ante as proposições de Giddens (2009), já que, refletindo desde a filosofia da ciência, o autor aplica esta categoria ao cientista que observa o fazer científico, e a partir disso, relaciona sua própria construção científica. Marcada também em Latour a presença da reflexividade temos de avançar na epistemologia do autor para delinear a ideia que estamos perseguindo neste texto. Para tanto, partindo desta noção de simetria, vamos mobilizar algumas outras

noções que esperamos que deem conta de demonstrar a importância do pensamento de Latour para a teoria da ação.

Dessa forma, é preciso associar a noção de simetria – assim como a de reflexividade – para uma maior compreensão da pergunta estabelecida no início desta seção. A simetria para Latour explica por qual razão a epistemologia moderna foi mal arranjada (Latour, 1994). Já mencionamos que a ciência moderna estabeleceu uma separação entre as coisas do mundo e as coisas dos humanos, em linha gerais, entre natureza e cultura.

Essa separação deve ser desfeita para que recomponhamos o mundo para termos uma noção mais acertada da realidade. Nesse sentido, a ideia de contexto é deficitária, uma vez que a distinção entre cultura e natureza não permite a apreensão do mundo e de seus processos. Durante o trabalho de confecção de nossas pesquisas, de nossas produções mantendo a constituição moderna, sempre vamos trabalhar com o real fragmentado – e pior, binário: corpo e mente, local e global, natural e social. A questão que o autor nos apresenta é que, em fato, não fazemos esta separação quando vivemos, criamos, agimos.

Um exemplo que demonstra que este hiato entre nós e as coisas (homens-entre-si e as coisas-em-si), ciência e política, local e global, ou mesmo natureza e cultura não existe, é nossa reação ante ao chamado aquecimento global. O aquecimento é um fenômeno que afeta o mundo, não há aqui contexto na relação global-local. A defesa do mundo (natureza) é feita pelos humanos através de decisões políticas que foram embasadas em decisões científicas (que por sua vez foram realizadas por decisões políticas). De tal modo que nós, alerta o autor, “pobres sujeitos-objetos, humildes sociedades-naturezas, pequenos locais-globais, nos encontramos literalmente esquarterados entre regiões ontológicas que se definem mutuamente, mas que não se assemelham mais a nossas práticas” (Latour, 1994:120).

É justamente isso que é a inovação do pensamento de Latour; reconectar no campo analítico o que a constituição moderna separou no trabalho insistente de purificação do que o autor está chamando de quase-objeto ou quase-humanos. Em outras palavras, aquela constituição separou homens e objetos, de maneira que, mais tarde, foi possível reconhecer a ideia de desnaturalizar a natureza, mas nos esquecemos de dessocializar também a sociedade. Assim, “o social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular. Assim, nem ciência nem sociedade permaneceram estáveis o suficiente para cumprir a

promessa de uma forte ‘socio-logia’” (Latour, 2012:19).

A desestabilização aqui proposta, para retomar a questão inicial, é orientada sob um duplo movimento: de um lado, sugere que tudo o que foi percebido como social ou natural, nunca existiu, uma vez que em fato não paramos de produzir esses híbridos – desde o próprio ser humano, por exemplo. É claro, se estamos pensando com Latour, temos de manter a consciência de que dar voz a esses quase-objetos, a esses híbridos que produzimos incessantemente, não se trata de modo algum de uma fábula onde animais ou plantas começariam a falar como que encantados (Latour, 2004). Insistimos, estamos considerando que houve uma separação entre as coisas-em-si e os humanos-entre-si, que deve ser repensada já que afinal de contas ela não existe de fato (ou não dá conta de traduzir os processos do mundo).

Restringir a discussão aos humanos, a seus interesses, suas subjetividades, seus direitos, parecerá, dentro de alguns anos, tão estranho quanto ter limitado, durante tão longo tempo, o direito de voto aos escravos, pobres e mulheres. Utilizar a noção de discussão, limitando-se somente aos humanos, sem perceber que existem milhões de aparelhagens sutis, capazes de acrescentar vozes novas ao capítulo, é privar-se, por preconceito, do descomunal poder das ciências (Latour, 2004:132).

O outro lado da desestabilização é que, ao realizarmos esse movimento de reagregação, os grupos fixos desaparecem, sendo necessária assim a investigação dos elementos que compõe essa associação já que “[...] a definição anterior (a separação ontológica) se tornou praticamente irrelevante. Já não sabemos muito bem o que o termo ‘nós’ significa; é como se estivéssemos atados por ‘laços’ que não lembram em nada os vínculos sociais” (Latour, 2012:23. Grifos do autor).

Através desta definição de desestabilização, surge uma formulação teórico-metodológica a qual prevê que se siga os atores para identificar através de suas conexões como eles as estabeleceram. Há uma inversão nesta proposta, pois ao analista, cabe a descrição e aos autores a explicação de como ordenam seus mundos. Neste sentido, “[...] a busca de ordem, rigor e padrão não é de modo algum abandonada, apenas reposicionada um passo à frente sob a forma de abstração, para que os atores possam desdobrar seus próprios e diversos cosmos, pouco importa quão irracionais pareçam” (Latour, 2012:44).

Seguir os atores e deixá-los falar sem restringir de antemão o grupo, considerando a

associação uma rede heterogênea constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, são as principais “orientações metodológicas” daquilo que Latour chamou de Teoria-Ator-Rede que, finalmente, é nossa proposição para o estudo das relações sociais ou das associações das naturezas-culturas neste breve artigo. Esta teoria-metodologia, “[...] permite rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores quando se encontra um meio de registrar os vínculos entre quadros de referência instáveis e mutáveis, em vez de tentar estabilizar um deles” (Latour, 2012:45).

O leitor que acompanha esta sequência que organizamos aqui percebe que, se em Weber e Giddens há um agente humano que deve ser compreendido em seu sentido e intenção, sempre em relação dual com o grupo ou sociedade a que pertence – portanto, reflexivo – e, uma vez que se coloque o foco da lente na ação individual, temos um agente, um ator, e esse por sua vez é sempre humano (ainda que influenciado por seu ambiente e momento histórico); em Latour, essa mirada da lente se volta também para o ator, mas nele ganha uma nova perspectiva, um ajuste desde sua crítica à ciência que separa o coletivo, até a reagregação analítica no conjunto da ação humana dos quase-objetos.

Passamos então dos agentes ou atores para os actantes. A definição de actante é para ele mais acertada pois, se ator é aquele que age, e estamos reunindo aqui os não-humanos, temos de identificar as marcas, os traços que estes actantes deixam na rede e também o quanto influenciam as relações que ela produz, já que seus membros sofrem interferências constantes (Latour, 2001). Aqui se desmonta a ideia de sociedade, já que esta assume somente uma rede composta por atores humanos e esquece toda a natureza (as coisas-em-si) que estão igualmente compondo nossa história.

Se lembrarmos da separação cartesiana mente e corpo e todos os binarismos constituídos desde aí, vamos perceber que nossa ciência e nossa compreensão de mundo toma estas separações e não as problematiza (Latour, 1994). Mesmo quando Giddens (2009) tenta estabelecer uma junção recursiva entre indivíduo e sociedade, em verdade, não as estabelece porque epistemologicamente, na essência, o autor continua mantendo os dualismos estabelecidos. Se levarmos a cabo a perspectiva da estruturação, em um dado momento parece que falta o equilíbrio, a simetria, entre agente e sociedade, afinal, no limite, quem se sobrepõe a quem? Giddens (2009) – e quase todos os outros pensadores sociais – pensa o agente adulto formado, que na modernidade foi separado da tradição e

lançado a um globo de conexões a distância onde sabemos muito pouco e por essa razão temos de confiar muito, em que a família (primeira socialização) exerce pouca influência em nossas decisões cotidianas e nos sentimos livres para agirmos conforme nossas relações exigem (Giddens, 1990). Mas se não socializarmos a criança, não haverá ponto de partida para destradicionalizar, descontinuar, romper.

Para além dessa separação libertária, emancipatória (?), temos de lembrar das imagens, das lembranças, das influências que uma determinada roupa provoca em nossa memória desde a infância. Temos de atribuir à socialização o meio onde ela ocorreu, os rios e as imagens das montanhas que fazem parte da constituição do indivíduo, das televisões e telefones que nos conectam desde cedo com um mundo que não faz ainda sentido. Veja, à noção de recursividade, de dualidade da estrutura, escapa todo o resto constituidor do ser. São essas constituições, que vivemos e experienciamos em conjunto, que a análise científica separa; que a epistemologia moderna, distingue. Quando vivemos nossas vidas em busca de emancipação ou como sujeitos de ação, diariamente não separamos; quando nos colocamos a descrever e analisar, fazemos o trabalho mais difícil, separamos.

3. UM RELATO DE PESQUISA EMPÍRICA: Motivações para constituição de um bosque urbano

No trabalho de conclusão que me proporcionou o título de mestre em sociologia⁸, reproduzi essas noções de ciência expostas no primeiro capítulo do trabalho que apresento aqui. No processo de confecção do texto me pareceu muito coerente revelar desde a perspectiva sociológica que não havia um grupo a priori a ser estudado e analisado. Procurei tomar meu objeto (um bosque e as pessoas que faziam uso dele) de forma recursiva, desde aquela noção de dualidade da estrutura, assim como tentei dar ou perceber no campo, uma dimensão simétrica da análise, mas não tive sucesso. Estava analisando com Giddens e Weber e deveria manter uma coerência ante os limites dessa empreitada.

Naquele trabalho me concentrei em pesquisar as motivações da constituição de um bosque urbano, para entender o que fazia a gestão do município instituir ali um bosque e

⁸ AMARAL, Felipe Bueno. Indivíduo, sociedade e ambiente: reflexões a partir da constituição de um bosque urbano. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, setor de ciências humanas, programa de pós-graduação em sociologia. 2015.

não outro empreendimento qualquer. Antecipando aqui os resultados já que meu foco não é retomar aquela perspectiva e sim reformá-la para tentar aplicar nela a noção de simetria, percebi que a prefeitura foi pressionada pela comunidade que morava no entorno do bosque a transformar o espaço, já que ele estava servindo de descanso para pessoas de menor condição econômica, de proteção para quem queria utilizar drogas ou fazer sexo, ou mesmo para subir em árvores e tomar banho no pequeno lago natural que ali havia.

A comunidade do entorno do bosque o queria distante destes eventos já que ela se relacionava com ele (e não nele!) de um modo diferente, estendendo toalhas sobre a grama para descansar e conversar entre amigos. A comunidade do entorno do bosque olhava as árvores, sentia prazer em ouvir o vento batendo nas folhas, enquanto as pessoas de menor renda que moravam mais distante do bosque vinham subir nas árvores e se sujar na terra. Depois de muito receber abaixo-assinados e ligações dos moradores do entorno, o poder público entre em cena e decide transformar a área. Mas o que fazer? Ancorados pela legislação decidiram transformar aquele pedaço ‘virgem’ de terra em bosque, com cercas, postes de luz, trilha asfaltada para caminhada no entorno, o lago agora é iluminado e cercado por pedras bonitas e, o principal, existe agora um módulo da guarda municipal com um guarda armado, que faz cumprir os usos do bosque e seus horários de entrada e saída.

Distante de estabelecer uma relação moral ou apontar as relações de poder dentro daquela comunidade (lembrando que tínhamos 3 grupos: moradores do entorno, moradores distantes que usavam o bosque e poder público), nossa análise à época se concentrou na constituição do ponto de vista relacional, em quem tomava as decisões, negociava com a prefeitura, representava uns e outros, enfim, em como aqueles grupos se formaram e se modificaram no processo de constituição do bosque. Foi nesse instante, pensando e relatando essas alterações e flexões na rede de agentes que percebemos o quanto as pessoas estavam vivendo simetricamente e eu, as descrevendo assimetricamente.

E por quê? Porque estava desconsiderando que essas transformações, representações, conexões, dualidade entre um morador e o grupo de moradores que reivindicavam medidas da prefeitura, eram atravessadas pelo bosque na medida em que as pessoas se ocupavam diária e constantemente com o que estava acontecendo em frente sua casa. E o mais importante, todas essas ações e relações só eram possíveis uma vez que o bosque existia. Então, no texto de dissertação reproduzimos aquilo que a epistemologia

moderna aprendeu a fazer, ou seja, descrever os elementos humanos dos não-humanos em separado.

Se fossemos analisar com Latour necessitaríamos de uma metodologia diferente. Primeiramente não deveria estabelecer o grupo a ser estudado, já que os grupos não existem, apenas se formam e se movimentam dependendo do fluxo de interações e acontecimentos da vida – não há nada determinado. Quando pensei em estudar o bosque e o grupo do entorno, os moradores que moravam em frente, supus que fossem um grupo, e em fato, os descrevi como grupo, assim como faria com um movimento social ou uma instituição qualquer. Deste ponto, sem grupo definido deveria me colocar a seguir os actantes e ver que conexões eles estabelecem. Olhando para trás e visitando minhas anotações a importância disso fica clara; não haviam ali grupos fixos e densos, nem moradores da frente do bosque, nem visitantes que utilizavam o bosque de modo *sui generis*, tampouco a prefeitura enquanto poder público.

Relendo aquele texto, percebo que os grupos eram fluídos e muitos outros interesses estiveram envolvidos para resultar no bosque assim como ele está agora – cercado, iluminado, com a guarda 24 horas, etc. Deixei de perceber as redes que estavam sendo tecidas naquele momento e em que ela alterou da rede tecida no instante em que decidiram realizar as modificações já mencionadas. Tratei como uma distinção de grupos em que o poder público tomava um lado e assumia as reivindicações dos moradores do entorno. Não percebi que elementos conectavam aqueles usuários do bosque com os moradores nem com a prefeitura. A influência de algumas pessoas alternou muito desde a modificação do espaço para a forma em que o bosque está hoje constituído, por exemplo, os vizinhos não se relacionam mais em função de uma causa “única” como antes, e só se olham quando entram e saem das garagens.

Da mesma forma como não considerei seguir os atores e acompanhar suas dinâmicas, nem considerei o bosque como um agente central por onde circulavam todas as agências dos atores, não levei para a dissertação a importância que um papel assinado por todos os moradores e que os conectou entre si e com a prefeitura (e visava os afastar do grupo que utiliza o bosque), foi elemento central na rede naquele momento. Conforme as noções modernas de ciência e teoria da ação, separei as coisas-em-si dos homens-entre-si, embora os elementos na ação cotidiana daqueles atores me mostrassem muito mais que

isso.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Iniciamos esse diálogo com os autores com o propósito de demonstrar qual é nossa perspectiva epistemológica, quer dizer, de uma ciência que se pretende aberta, destronada de um lugar de sabedoria verticalizada, em geral, mas não somente, centrada em uma visão naturalista de mundo. Ao mesmo tempo, não faz sentido reproduzir a noção corrente na teoria social, de uma separação entre indivíduo e sociedade; de nossa parte não acreditamos que a ação está totalmente subordinada à estrutura, mas que, essas formam um todo recursivo a partir da capacidade de refletir (como um espelho) dos agentes. Então suas motivações ora ganham um contorno de proteção subjetiva, ora de uma dada ordem social, que não entendemos como perene.

Tentamos demonstrar também algumas das contribuições de Bruno Latour para análise da ação social, ou mesmo para uma reconfiguração da mesma, já que o autor propõe seguir e tratar simetricamente as formações de grupos; ou seja, atribuir igual peso às descrições das ações humanas e não-humanas, considerando a influência e a agência dos quase-objetos no fluxo das interações. Significa perceber, nesse caso, não só as ações e seus efeitos, mas as fabricações e transformações que derivam dos elementos da rede.

Então, se partimos da ideia de um agente humano que deve ser percebido para além da noção de estrutura, cerceadora de possibilidades criativas, devemos congregarmos na análise, como demonstramos na última seção do texto, como se conectam as culturas-naturezas que por durante muito tempo insistimos em purificar. Em nossa investigação, percebemos no estudo que fizemos da constituição do bosque urbano toda teia de relações que deixamos de considerar por somente contemplarmos na análise as implicações e movimentações dos grupos humanos. Essa falta epistêmica acontece quando analisamos como os autores instituíram a modernidade, o modo de pensar e fazer moderno, mas que cai por terra se a reflexão abarcar os processos reais da sociedade de modo simétrico, já que quando vivemos, não separamos. É por esta razão que Bruno Latour (1994) insiste: jamais fomos modernos!

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. 1997. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp.

GIDDENS, Anthony. 1990. **As consequências da modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar.

GIDDENS, Anthony. 2009. **A constituição da sociedade**. 3º. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

LATOUR, Bruno. 1994. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34.

LATOUR, Bruno. 2001. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC.

LATOUR, Bruno. 2004. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: EDUSC.

LATOUR, Bruno. 2012. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. São Paulo: EDUSC.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. 1997. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LEFF, Enrique. 2012. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. SP: Cortez.

LUFT, Eduardo. 2012. Subjetividade e natureza. In: UTZ, K.; BAVARESCO, A.; KONZEN, P. R. (Eds.). **Sujeito e liberdade: investigações a partir do idealismo alemão**. Porto Alegre: Edipucrs. p. 205–219.

WEBER, Max. 1995. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez.

WEBER, Max. 2002. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro.

WEBER, Max. 2003. **Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais**. São Paulo: Centauro.